

CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME e EPP – LC 123/06 E LC 147/14

1. Regência Legal

- **1.1** Esta licitação obedecerá as disposições das Leis Federais n° 10.520/02 e n° 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Lei Complementar nº 155/2016 e do Decreto 041/2019 do Legislativo Municipal de Guanambi.
- 1.2 A presente Licitação será exclusiva para as empresas enquadradas como Microempresas (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos Termos da Lei Complementar 123/2006 e da Lei Complementar 147/2014.
- 2. Unidade Interessada: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
- 3. Regime de Execução/Modalidade: Pregão Presencial nº 004/2020
- 4. TIPO DE LICITAÇÃO:
- 4.1 Menor Preço Global/lance verbal: () Por item. (X) Por lote.
- 4.2 Valor de referência: R\$ 33.710,60 (trinta e três mil, setecentos e dez reais e sessenta centavos).

5. FORMA DE FORNECIMENTO:

- 5.1 Os produtos serão fornecidos de forma **parcelada**, mediante requisição expedida pela Câmara Municipal.
- 5.2 Após recebimento pela empresa da requisição expedida pela Câmara Municipal a entrega será **imediata.**
- 5.3. Os produtos serão fornecidos de forma parcelada e de acordo com as solicitações da CONTRATANTE;
- 5.4. Os produtos deverão ser fornecidos na Sede do município da Câmara Municipal de Guanambi, estado da Bahia.

6. Objeto

- 6.1 Contratação de empresa para fornecimento de material de copa, cozinha e de limpeza para consumo e manutenção de atividades da Câmara Municipal durante o exercício de 2020, conforme os documentos abaixo:
- a) Anexo I Minuta do Contrato:
- b) Anexo II Especificação do Objeto e Modelo de Proposta de Preços;
- c) Anexo III Modelo de Procuração para a Prática de Atos Concernentes ao Certame:
- d) Anexo IV Modelo de Declaração da Proteção ao Trabalho do Menor;
- e) Anexo V Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação;
- f) Anexo VI Modelo de Declaração de Desimpedimento de Licitar;
- g) Anexo VII Modelo de Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- h) Anexo VIII Modelo de Declaração Expressa que Executará o Fornecimento dos Produtos Licitados, conforme edital e seus anexos;
- i) Anexo IX Termo de Referência.



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

6.2 Os produtos e suas respectivas quantidades, constituem mera previsão dimensionada, não estando a Administração obrigada a adquiri-los em sua totalidade, não cabendo à empresa licitante o direito de pleitear qualquer tipo de reparação a título de diferença.

6.3 JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO - A aquisição em tela, de consumo rotineiro, visa atender a demanda dos serviços necessários ao bom desempenho das atividades da Câmara Municipal.

7. Local, data e horário do recebimento das propostas de preço, documentos relativos à habilitação e início da abertura dos envelopes:

Local: Sala do Setor de Compras da Câmara Municipal de Vereadores

Data: 22/07/2020 Hora: 07:30h

8. Dotações orçamentárias

a. Unidade Orçamentária: : 1.1 - CÂMARA MUNICIPAL

b. Projeto/Atividade: 2001 – Gestão das ações Legislativas

c. Classificação Econômica: 3390.30.00.00 – Material de Consumo

9. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 9.1. Somente serão admitidas a participar da licitação as empresas que apresentarem os interessados credenciados, que atenderem a todas as exigências de habilitação contidas neste edital e seus anexos e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.
- 9.2. Não serão admitidas empresas em consórcio nem as que estejam suspensas temporariamente de participar e de licitar com a Administração Pública ou ainda as declaradas inidôneas, na forma das leis e regulamento citados neste Edital.
- 9.3. Em consonância com as disposições legais retro citadas fica impedida de participar desta licitação e de contratar com a Administração Pública a pessoa jurídica constituída por membros de sociedade que, em data anterior à sua criação, haja sofrido penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar e que tenha objeto similar ao da empresa punida.
- 9.4. É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais previstas em lei.

10. REGÊNCIA LEGAL DA LICITAÇÃO

10.1. Esta licitação obedecerá, integralmente, as disposições das Leis Federais nº. 10.520/02, 8.666/93, no que for pertinente, a Lei complementar nº 123/2006, suas alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e suas alterações da Lei Complementar nº 155/2016 e do Decreto 041/2019 do Legislativo municipal de Guanambi.

11. CREDENCIAMENTO

- 11.1 Não atendendo ao primeiro chamado, empresas enquadradas como ME-Micro Empresa, EPP-Empresa de Pequeno Porte e MEI-Micro Empreendedor Individual, será republicado o edital. Na segunda chamada, quando do credenciamento, não estando presente nenhuma empresas enquadrada como ME, EPP e MEI, aceitar-se-á o credenciamento e a participação das demais empresas com enquadramento NORMAL
- **11.2.** Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

- **11.3.** Iniciada a sessão pública do pregão, não cabe desistência da proposta, nos termos da legislação citada e deste edital.
- **11.4.** O credenciamento também far-se-á mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo-lhe poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.
- 11.5. Entregar fora de envelopes os ANEXOS V, VI e VII, relativos a "Declaração de Pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação"; "Declaração de Desimpedimento de Licitar e Contratar" e "Declaração para Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte"
- 11.5.1. Entregar os envelopes da proposta de preços (envelope A) e dos documentos de habilitação (envelope B), não sendo mais aceitas novas propostas.

12. PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE "A"

- **12.1.** A Proposta de Preços deverá ser entregue em envelope lacrado, indevassável e rubricado pelo representante legal da empresa ou por seu mandatário identificado como Proposta de Preços, indicando nome, razão, modalidade, número e data, endereçada ao Pregoeiro.
- **12.2.** Estar datilografada ou impressa por processo eletrônico em uma via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada.
- **12.2.1.** Desde que bastante legível, a proposta de preços (valor unitário, total e por extenso) poderá ser redigida à punho, através de caneta esferográfica azul ou preta.
- **12.3.** A proposta deverá conter a especificação detalhada do objeto oferecido, rigorosamente de acordo com as exigências constantes deste Edital e Anexo, não se admitindo propostas alternativas.
- **12.4.** Apresentar o preço para a quantidade total demandada, descrita no **Anexo II** deste edital, expresso em real, com apenas duas casas decimais.
- **12.5.** Nos preços propostos não poderão computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.
- **12.6.** A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fornecimento e entrega do objeto desta licitação, tais como: impostos, tributos, encargos e contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente às especificações do objeto licitado.
- **12.7.** O prazo de validade comercial da Proposta de Preços é de no **mínimo 60 (sessenta) dias** corridos, a contar da data da apresentação da proposta.
- 12.8. O licitante vencedor deverá <u>declarar expressamente</u>, <u>que executará a entrega dos materiais</u> indicado no objeto deste edital, em perfeita consonância com o descrito no anexo II deste edital.
- **12.9.** A responsabilidade quanto do objeto ofertado é exclusivamente do licitante, que deverá certificar-se se o mesmo atende as exigências do instrumento convocatório sob pena de, em caso negativo, sofrer as sanções previstas no **item 24.**
- **12.10.** A proposta de preço vencedora, contendo os catálogos e especificações detalhadas do objeto ofertado, deverá ser formulada e apresentada na proposta comercial, com preços atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados, no prazo de 01 (um) dia útil, após encerramento da sessão.
- **12.11.** Sendo constatado, mesmo após a contratação, que houve falsidade na retromencionada declaração, a licitante ou contratada sujeitar-se-á às sanções previstas no item 24 deste edital.



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

13. HABILITAÇÃO - ENVELOPE B

- **13.1.** As licitantes deverão incluir no Envelope B **HABILITAÇÃO** a seguinte documentação abaixo que poderá ser apresentada em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original para ser autenticada pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio, em envelope lacrado, no qual possam ser identificados o **nome ou razão social, modalidade, número e data da licitação, além da expressão Habilitação**, podendo o Pregoeiro, antes da homologação, solicitar o documento original para verificação, rubricada pelo representante da Empresa, devendo este ser endereçada ao Pregoeiro.
- **13.2.** No caso de o licitante possuir filial, a documentação apresentada deverá referir-se apenas a uma das filiais ou apenas à matriz, salvo disposição legal em contrário, sendo que a contratação será realizada com a pessoa jurídica que apresentou a documentação.

14. Na habilitação exigir-se-á dos interessados:

- **14.1.** A **Habilitação Jurídica** será comprovada mediante a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; no caso de sociedade por ações, acompanhado da documentação pertinente à investidura de seus atuais administradores nos respectivos cargos; inscrição do ato constitutivo, no caso sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício, e; decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido por órgão nacional competente ao setor do objeto licitado.
- 14.1.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 14.1.2. **Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor, conforme modelo ANEXO IV**, em atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto na Lei Federal n. 8.666/93 e 10.520/02, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, se for o caso, o emprego de menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.
- **14.2.** A **Regularidade Fiscal e Trabalhista** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes Documentos:
- a) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal;
- b) prova de regularidade junto à Fazenda Federal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei e com a Procuradoria da Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa da Dívida Ativa da União, sendo este último datado dos últimos 180 (cento e oitenta) dias, desde que outro prazo não esteja estipulado neste documento:
- c) prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos/CND.
- d) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FTGS/CRF.
- e) a regularidade trabalhista será comprovada mediante a apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através de certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- **14.3 Qualificação econômico-financeira** será feita mediante apresentação dos seguintes documentos:
- a) balanço patrimonial do último exercício social, admite a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios ou outro documento que comprove sua regularidade financeira capaz de atender a execução do objeto deste processo licitatório;



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

- b) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- c) patrimônio líquido mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

15. DA TAREFA DO PREGOEIRO durante a Habilitação

15.1. O Pregoeiro conferirá o registro, bem como a validade de todos os documentos, constantes do item 14. deste edital.

16. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 16.1. O critério de julgamento será o DE MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE.
- **16.2.** A partir do horário previsto no Edital, terá início a sessão pública do pregão, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em consonância com as especificações e condições detalhadas pelo edital.
- **16.3.** As propostas não deverão apresentar prazo de validade inferior a 60 (sessenta) dias, não sendo possível alterar o conteúdo da proposta por qualquer motivo.
- 16.4. Não se considerará qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital.
- **16.5.** O Pregoeiro selecionará a proposta de menor preço e aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em **até 10 % (dez por cento)**, relativamente à de menor preço, ou na impossibilidade de obter-se pelo menos 03 (três) propostas nestas condições, serão selecionadas as melhores propostas subseqüentes a de menor preço, quaisquer que sejam os preços oferecidos, até o máximo de 03 (três), para participarem da sessão pública de lances verbais.
- **16.6.** Se, eventualmente, houver empate entre os valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte ou micro empreendedor, haverá sorteio para determinar a ordem de classificação e, consequentemente, qual delas exercerá o direito de preferencia (art. 44 e 45. Inc III, Lei 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014)
- **16.7.** Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, nos termos do § 2°, do Art. 44 e art. 45, ambos da Lei Complementar 123/06.
- **16.8.** No caso de empate entre duas ou mais propostas, o Pregoeiro selecionará todas as propostas em condições de igualdade para a etapa competitiva de lances verbais.
- **16.9.** Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar, visando obter preço melhor.
- **16.10.** Quando todas as propostas escritas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá suspender a sessão do pregão e estabelecer uma nova data, com prazo não superior a 03 (três) dias úteis, para o recebimento de novas propostas.

17. ETAPA COMPETITIVA DE LANCES VERBAIS

- **17.1.** Após a classificação das propostas, o Pregoeiro fará a divulgação, convocando os proponentes para apresentarem lances verbais, a começar do autor da proposta selecionada de maior preço e seguido dos demais, de forma sucessiva e distinta em ordem decrescente.
- **17.2.** Somente serão admitidos lances verbais cujos valores se situem abaixo do menor valor inicialmente proposto pelo mesmo licitante num **percentual mínimo de 0,5 %** (meio por cento).



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

- **17.3.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, não implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e será mantido o último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- **17.4.** Caso não se realize lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- **17.5.** Sendo aceitável a oferta, será verificado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, o atendimento das condições habilitatórias deste licitante, com base na documentação apresentada.
- **17.6.** Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital, pelo Pregoeiro, com a posterior homologação do resultado pelo Presidente do Município.
- **17.7.** Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do Edital, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste Edital com a posterior homologação do resultado pelo Presidente do Município.
- **17.8.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Edital e seus anexos e/ou apresentarem proposta consideradas superfaturadas ou inexeqüíveis, entendendo-as, respectivamente, como propostas que estejam acima do valor estipulado pela Administração Pública como **preço de referência** ou que seja inferior a 50% (cinqüenta por cento), do referido preço, nos termos do art. 48, da Lei n° 8.666/93.
- **17.9.** Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e licitantes presentes.

18. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

- **18.1.** Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 18.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.
- **18.3.** Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.
- **18.4.** Declarado o licitante vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.
- **18.5.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante para recorrer da decisão do pregoeiro importará a decadência do direito de recurso e consequentemente à adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor pelo Pregoeiro.
- **18.6.** Quando mantida a decisão, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade superior será realizado pelo Pregoeiro no prazo de até 03 (três) dias úteis.
- **18.7.** A autoridade superior do órgão promotor do pregão terá o prazo de até 03 (três) dias para decidir o recurso.
- **18.8.** O recurso contra a decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

18.9. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19. ADJUDICAÇÃO

19.1. Não havendo a manifestação de recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto da licitação à proponente vencedora, para posterior homologação do resultado pela autoridade superior.

20. HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

- **20.1.** Decididos os recursos eventualmente interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior homologará o procedimento licitatório e ratificará a contratação.
- **20.2.** A adjudicação, ratificação e a homologação do objeto desta licitação não implicarão direito à contratação.

21. CONTRATAÇÃO

- **21.1**. O adjudicatário será convocado para executar o quanto disposto no objeto deste instrumento, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n. 8.666/93 e dos itens do presente edital, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.
- **21.2.** Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter todas as condições de habilitação.
- **21.3.** Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subseqüentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.
- **21.4.** A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura, descriminando o produto, quantitativo utilizado e o respectivo custo, para efeitos de prestação de contas.

22. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- **22.1.** O pagamento devido à **Contratada**, correspondente aos materiais descritos anexo II, serão efetuados através de cheque, ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo de até 30 **(trinta)** dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, **devidamente atestada a execução contratual**, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado.
- **22.2.** Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da contratada.
- **22.3** O pagamento não isenta a **CONTRATADA** da responsabilidade de correção dos erros e imperfeições porventura apresentados após a liberação.
- **22.4.** O pagamento inclui todas as despesas diretas e indiretas necessárias à completa execução do serviço, tais como, salários, obrigações sociais, fiscais e tributárias, transporte, e demais encargos decorrentes da execução do contrato.
- **22.5**. Os pagamentos somente serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal e das certidões solicitadas nas alíneas "a" "b", "c", "d", e "e", da Cláusula 14.2 deste Edital.

23. MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DAS PROPOSTAS - ALTERAÇÃO E REVISÃO



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

- 23.1. Para atender a seus interesses, a Câmara poderá alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 23.2. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, de até 25% (vinte e cinco por cento), que se fizerem necessárias, no quantitativo e no valor unitário do objeto contrato, dentro da forma prevista na Lei Federal n. 8.666/93.
- 23.3. Para atendimento aos itens "23.1 e 23.2", está legalmente prevista e fundamentada no artigo 65, inciso I, alínea "b" e inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, objetivando assim o restabelecimento da relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração dos produtos licitados, assim como, da **manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato**, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, OS OUTORGANTES FARÃO AS REVISÕES PREVISTAS
- 23.4. As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.
- 23.5. A variação do valor contratual para fazer face a revisão quantitativa e de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila ou aditamento, e no que couber, a dispensa da celebração de aditamento.

24. SANÇÕES E PENALIDADES

- **24.1.** Para a aplicação das penalidades previstas serão levadas em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato conforme discriminado a seguir, sem prejuízo das sanções administrativas previstas na Lei nº 9.784/99:
- **24.1.1.** Advertência escrita, com o intuito de registrar o comportamento inadequado do licitante e/ou contratado, sendo cabível apenas em falhas leves que não acarretem prejuízos graves ao Município.
- **24.1.2.** Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nas Leis Federais números 8.666/93 e 10.520/02, assim como em decreto regulamentador do pregão, sujeitando-se os infratores às cominações legais, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.
- **24.1.3.** A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os sequintes limites máximos:
- I 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela fixa inicial, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negarse a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
- II 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela fixa inicial;
- III 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parcela fixa inicial, por cada dia subseqüente ao trigésimo.
- **24.1.3.1.** A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.
- **24.1.3.2.** As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

- **24.1.4.** Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos previstos nas disposições legais citada.
- 24.1.5. Serão punidos com declaração inidoneidade para pena de de licitar а e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que promovida a reabilitação perante autoridade competente para aplicar punição, os que incorram em outros ilícitos previstos em lei.

25. RESCISÃO

- 25.1. A rescisão poderá ser:
- **25.1.2.** Pelo descumprimento total ou parcial do presente contrato ensejará a sua rescisão imediata, com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento, sendo os motivos aqueles alinhados no artigo 78 e seguintes da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações, sem prejuízo de outras sanções previstas nesta mesma lei;
- **25.1.3.** Determinada por ato unilateral e escrito do Poder Público, nos casos enumerados nos casos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, acarretando as conseqüências previstas em lei, sem prejuízo das sanções cabíveis retromencionadas.
- 25.1.4. Judicial, nos termos da Legislação;
- **25.1.5.** Amigável, por acordo entre as partes e desde que haja conveniência para a Câmara Municipal de Guanambi-BA;
- **25.2.** Poderá ainda a Câmara Municipal de Guanambi-BA, a seu critério exclusivo e a qualquer tempo rescindir o contrato mediante prévio aviso à empresa contratada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ficando obrigada ao ressarcimento dos prejuízos a que a contratada não tenha dado causa e aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.
- **25.3.** Da rescisão do CONTRATO pelo não cumprimento de CLÁUSULAS contratuais, especificações, projetos ou prazos caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.
- **25.4.** Nas hipóteses de rescisão com base em qualquer das hipóteses da Lei 8.666/93 ou da legislação específica, não cabe a empresa contratada direito a qualquer indenização.

26. REVOGAÇÃO - ANULAÇÃO

- **26.1.** A Câmara Municipal se reserva ao direito de revogar esta licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a decisão. Deverá, por outro lado, anulá-la se constatada insanável ilegalidade, baseado em parecer escrito e devidamente fundamentado.
- **26.2. Qualquer descumprimento à legislação pertinente** ao objeto do certame autorizam a Administração à proceder à revogação/anulação.
- **26.3.** Não caberá qualquer indenização aos proponentes em caso de revogação ou anulação da presente licitação, ressalvadas as hipóteses legais, cabendo o ônus da prova exclusivamente ao licitante/contratado.

27. FISCALIZAÇÃO

27.1. A fiscalização do fornecimento caberá diretamente à Câmara Municipal, através de servidor formalmente designado na forma do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93, a quem compete verificar se a licitante vencedora está executando o fornecimento, observando o contrato e os documentos que o integram.



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

27.2. A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a licitante vencedora, inclusive rejeitando o fornecimento que estiver em desacordo com o Contrato, obrigando-se, desde já, a licitante vencedora assegurar e facilitar o acesso da fiscalização a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

28. DISPOSIÇÕES GERAIS

- **28.1.** A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá o Pregoeiro, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- **28.2.** É facultada ao pregoeiro ou a autoridade superior em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, inclusive a juntada posterior de documentos, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, prorrogado por igual período, cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da apresentação da proposta, sendo que os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado do Pregoeiro.
- **28.3**. A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- **28.5.** O pregoeiro poderá em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, devendo promover o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos trabalhos.
- **28.6.** O pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a legislação pertinente.
- **28.7.** Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de Guanambi, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- **28.9**. As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação serão prestados pelo pregoeiro e sua equipe de apoio através dos telefones: (77) 3451-3626 ou no endereço eletrônico http://procedebahia.com.br/camaraguanambi/ ou pelo site http://procedebahia.com.br/camaraguanambi/ ou pelo site http://www.guanambi.ba.leg.br/, acessando no link Utilidades, Diário Oficial, onde se encontra publicado na internet, por exigência do art. 4º,IV, da Lei n. 10.520/2002.
- **28.10.** Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, considerando as disposições das Leis Federais nº. 10.520/02, 8.666/93, além do Decreto do Legislativo Municipal nº 041/2020, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014 e Lei Complementar 155/2016.
- 28.11. São partes indissociáveis deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Minuta do Contrato

Anexo II – Especificação do Objeto e Modelo de Proposta de Preços

Anexo III - Modelo de Procuração para a Prática de Atos Concernentes ao Certame Anexo

Anexo IV - Modelo de Declaração da Proteção ao Trabalho do Menor

Anexo V - Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento e Atendimento às Exigências de Habilitação

Anexo VI - Modelo de Declaração de Desimpedimento de Licitar e Contratar.

Anexo VII - Modelo de Declaração para microempresa e empresa de pequeno porte



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

- h) Anexo VIII Modelo de Declaração Expressa que Executará o Fornecimento dos Produtos Licitados, conforme edital e seus anexos;
- i) Anexo IX Termo de Referência.
- **28.12.** Substituirá o instrumento contratual, na forma da lei n. 4.320/64, a **Nota de Empenho**, que vinculará o **Contratado** a todas às disposições contidas neste edital;

Guanambi-Ba, 08 de julho de 2020

JOAQUIM MANOEL COSTA DE AZEVEDO **PREGOEIRO**



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020 ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUANAMBI, ESTADO DA BAHIA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ /MF n° 04.285.518/0001-70, com sede na Praça Henrique Pereira Donato, 90, centro, na cidade de Guanambi-BA, representada neste ato, por seu Presidente, a seguir denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa,, inscrita no CNPJ sob N°......, com sede na, representada pelo(s) abaixo assinado(s), a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, firmam neste ato, o presente contrato, na forma e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1- Este instrumento tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de material de copa, cozinha e de limpeza para consumo e manutenção de atividades da Câmara Municipal desta Câmara Municipal, Estado da Bahia, conforme especificações constantes no ANEXO II e demais Anexos do Edital de Pregão presencial 004/2020.

PARÁGRAFO ÚNICO – A empresa contratada fornecerá os materiais, objeto deste contrato, mediante requisições expedidas pela Câmara municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO/FORNECIMENTO DOS OBJETOS

- 2.1- O Regime de Execução do presente Contrato é de Menor Preço Global, conforme Planilha Orçamentária de Preços apresentada pela CONTRATADA, em obediência ao Edital do Pregão Presencial N°004/2020 e seus Anexos, que a este integra, independentemente de transcrição, e à Lei Federal N° 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações introduzidas pela Lei Federal N° 8.883/94.
- 2.2- O recebimento do(s) material(is) será realizado na sede da Contratante, através de preposto seu, ante a apresentação da nota fiscal onde será aposta a declaração de que o material foi entregue.
- 2.3- Os materiais (tipos e quantidades) deverão ser entregue conforme solicitados nas requisições expedidas pela contratante.
- 2.4- Os materiais não solicitados pela contratada até a data final da vigência contratual serão deduzidos, o somatórios de seus valores, da nota de empenho.
- **2.5-** Os produtos e suas respectivas quantidades constituem mera previsão dimensionada, não estando a Administração obrigada a adquiri-los em sua totalidade, não cabendo à empresa licitante o direito de pleitear qualquer tipo de reparação a título de diferença.
- **2.6 JUSTIFICATIVA DA AQUÍSIÇÃO** A aquisição em tela, de consumo rotineiro, visa atender a demanda dos serviços necessários ao bom desempenho das atividades desta Câmara Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO/VIGÊNCIA

3.2- O prazo de entrega dos produtos adjudicados será até 31 de dezembro de 2020, prazo final da vigência contratual, sendo o fornecimento realizado de acordo com as solicitações da Contratante, a contar da data de assinatura do contrato, aí não se computando os casos previstos no artigo 1.058 do Código Civil Brasileiro;

CLÁUSULA QUARTA - VALOR, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO/REAJUSTAMENTO/REVISÃO

- 4.1 O valor contratado é de R\$...... e o preço de cada produto será aquele resultante da quantidade constante da Planilha e Proposta de Preços, objeto do Edital do Pregão Presencial Nº. 004/2020 e da Ata de negociação feita pelo pregoeiro.
- 4.2 A Contratada para efetivar o pagamento terá um prazo de 30(trinta) dias, contados a partir da expedição da nota fiscal e do recebimento das mercadorias, de acordo com as especificações, o que não a impedirá de efetuar em qualquer data anterior e acima estabelecida;
- 4.3 Não haverá reajustes nos valores contratados.
- **4.4** A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões, de até 25% (vinte e cinco por cento), que se fizerem necessárias no quantitativo e no valor unitário do objeto contrato, na forma prevista na Lei Federal n. 8.666/93.



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

- 4.4 A revisão (atualização) de preços está legalmente prevista e fundamentada no artigo 65, inciso I, alínea "b" e inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93.
- **4.5** As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.
- **4.6 –** A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

CLÁUSULA QUINTA - ORIGEM DOS RECURSOS

As despesas decorrentes da execução deste contratado, com base no Edital do Pregão Presencial № 004/2020, correrão à conta de recursos constantes de dotações consignadas no Orçamento Municipal para o exercício corrente a saber:

Unidade Orçamentária: 1.1 – Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade: 2001 – Gestão das ações Legislativas

Classificação Econômica: 3390.30.00.00 – Material de Consumo

CLÁUSULA SEXTA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES 6.1 -DA CONTRATADA:

- 6.1.1- A CONTRATADA deverá fornecer os materiais de acordo a necessidade da CONTRATANTE.
- 6.1.2 A CONTRATADA será legal e financeiramente responsável por todas as obrigações e compromissos contraídos com terceiros, para a execução deste Contrato, bem como, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, comerciais e outros fins, a eles não se vinculando a CONTRATANTE a qualquer título, nem mesmo ao de solidariedade;
- 6.1.3 A CONTRATADA assume inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa, negligência, imperícia ou imprudência, na execução do objeto deste Contrato, diretamente, por seus prepostos e/ou empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento feito pela CONTRATANTE ou por seus prepostos;
- 6.1.4 A CONTRATADA assumirá a responsabilidade total pela execução da entrega dos produtos, objeto deste Contrato.
- 6.1.5 A CONTRATADA obriga-se a manter estoques suficientes para atender as necessidades da Contratante.
- 6.1.6 Reconhecer os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei 8.666/93:
- 6.1.7 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigida na Licitação.

6.2 - DA CONTRATANTE:

- 6.2.1 Pagar conforme estabelecido na Cláusula Quarta, as obrigações financeiras decorrentes do presente Contrato, na integralidade dos seus termos;
- 6.2.2. Dar ciência à Contratada do recebimento de qualquer produto avariado, no prazo máximo de 72 horas contados do recebimento dos mesmos.
- 6.2.3. Verificar e aceitar a(s) fatura(s) emitida(s) pela Contratada, recusando-as quando inexatas, ou que venham desacompanhadas dos documentos exigidos neste Contrato;
- 6.2.4. Prestar verbalmente ou por escrito à Contratada informações que visem esclarecer a entrega do material fornecido.
- 6.2.5. A fiscalização do fornecimento será por equipe designada pela CONTRATANTE.
- 6.2.6. Poderá a fiscalização ordenar a suspensão total ou parcial do contrato, caso não sejam atendidas, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, as reclamações que fizer, sem prejuízo de outras sanções que possam se aplicar a CONTRATADA.
- 6.2.7. Não havendo a manifestação de recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto da licitação à proponente vencedora, para posterior homologação do resultado pela autoridade superior.
- 6.2.8. Decididos os recursos eventualmente interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior homologará o procedimento licitatório e ratificará os objetos contratados.

CLÁUSULA SÉTIMA – Penalidades e Isenção de Penalidade



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

- **7.1 -** A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:
- I 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela fixa inicial, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negarse a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
- II 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela fixa inicial:
- III 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parcela fixa inicial, por cada dia subseqüente ao trigésimo.
- **7.2.** A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

CLÁUSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

- 8.1 A CONTRATANTE poderá rescindir, unilateralmente, este Contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sempre que ocorrer por parte da CONTRATADA:
- 8.1.1 O não cumprimento, ou cumprimento irregular, de cláusulas contratuais, especificações ou prazos:
- 8.1.2 A lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da entrega do(s) produto(s) adquirido(s), no(s) prazo(s) e condição(ões) estipulado(s);
- 8.1.3 O atraso injustificado no início da entrega;
- 8.1.4 A paralisação da entrega dos produtos, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE:
- 8.1.5 A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem a prévia autorização por escrito da CONTRATANTE;
- 8.1.6 O desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da Fiscalização da CONTRATANTE, bem como dos seus superiores;
- 8.1.7 O cometimento reiterado de faltas na execução da entrega do(s) objeto(s) contrato(s), anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei número 8666/93 de 21/06/93;
- 8.1.8 A decretação de falência, insolvência ou concordata da CONTRATADA;
- 8.1.8.1 No caso de concordata é facultado à CONTRATANTE manter o contrato, com a CONTRATADA, assumindo ou não o controle das atividades que julgar necessárias, a seu exclusivo juízo, de forma a permitir a conclusão da entrega dos produtos sem prejuízo à Administração;
- 8.1.9 A dissolução da CONTRATADA;
- 8.1.10 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do contrato;
- 8.1.11 Ocorrendo a rescisão nos termos do item 8.1 acima citado, acarretará para a CONTRATADA, as conseqüências contidas no artigo 80 da Lei Nº 8666/93 de 21/06/93, sem prejuízo de outras sanções previstas na citada Lei.
- 8.2 A rescisão contratual poderá também ocorrer das seguintes formas:
- 8.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos acima enumerados nos itens de 8.1.1 a 8.1.10, ou outros contidos na Lei Nº. 8666/93 de 21/06/93;
- 8.2.2 Amigável, por acordo entre as partes CONTRATANTES, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;
- 8.2.2.1 A rescisão amigável ou administrativa deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente da CONTRATANTE;
- 8.2.2.2 Quando a rescisão ocorrer, sem culpa da CONTRATADA, será ressarcido a este os prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito a:
- a) devolução da garantia, se houver;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- c) Pagamento do custo de desmobilização:
- 8.2.3 Judicial, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES GERAIS

9.1 - A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender temporariamente a execução deste Contrato, quando necessário por conveniência dos ações da Administração, respeitados os limites legais e os direitos assegurados à CONTRATADA;



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

- 9.2 Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição, o Edital e seus Anexos e a Proposta de Preços da CONTRATADA;
- 9.3- Não será permitidos a CONTRATADA, sub-empreitar de forma parcial ou, ainda, sub-rogar este Contrato:
- 9.4 Este contrato é regido pela Lei nº. 8.666/93, a fim de dirimir alguma dúvida em casos omissos.
- 9.5 Este contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 004/2020, que deram a sua origem.
- 9.6 O adjudicatário será convocado para executar o quanto disposto no objeto deste instrumento, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n. 8.666/93 e dos itens do presente edital, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

CLAUSULA DÉCIMA- FORO

10.1 - As partes signatárias deste Contrato elegem o Foro da Comarca de Guanambi - Estado da Bahia, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E por estarem justas e contratadas, assinam o presente Contrato, em 02 (dus) vias de igual teor e único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Guanambi, xxxxx de xxxxxx de 2020.

CONTRATANTE/CONTRATADO

TESTEMUNHAS:-1a-2a



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E PROPOSTA DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL 004/2020

À CÂMARA MUNICIPAL DE CÂMARA DE GUANAMBI - BAHIA PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL

	e de Licitação PRESENCIAL		ÇO GLOBAL POR LOTE	Número 004/2020
Nome Fanta	asia:			
Razão Soci	al:			
CNPJ:			Inscrição Estadual:	
Endereço:				Cidade:
Estado:	CEP:	Telefone:	Fax	C
limpeza Municip	para consum al, Estado da	no e manutenção de	fornecimento de material e atividades da Câmara l specificações constantes 4/2020.	Municipal desta Câmara

Apresentamos e submetemos a V.Sa. proposta de preços relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificadas na preparação, conforme segue:

Para proposta dos valores abaixo ofertados foram considerados o somatório dos custos e quantitativos perfazendo a seguinte quantidade e montante:

LOTE I - (Único)

Item	PRODUTO	UN	Quant.	V.UNIT.	R\$. TOTAL
1	Açúcar	Kg	200		
2	Adoçante de 100 ml.	UN	25		
3	Agua Sanitária – 1 Litro	UN	150		
4	Alcool Comum - 1 Litro	UN	100		
5	Alcool Gel Etílico Hidratado 70º INPM, conteúdo de 500G	Fr	200		
6	Balde Plástico - 10 litros	UN	20		
7	Bucha de Pia Dupla Face	UN	100		
8	Café pacote de 250g	UN	600		
9	Copos descartáveis 200 ml – Pacote c/100 UN.	UN	250		
10	Copos descartáveis 50 ml - Pacote c/100 UN.	UN	250		
11	Desinfetante Bactericida Perfumado de 01 Lt.	UN	50		
12	Desodorizador de Ambiente-Frasco 360 ML.	UN	45		
13	Detergente de Pia - Frasco de 500 ml	UN	100		



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

14	Gel Pinho 01 Litro	UN	50	
15	Guardanapo de mesa, Boa qualidade 22x22 cm.	UN	100	
16	Lixeira plástica (tipo cesto)	UN	20	
17	Pá de lixo de plástico, com cabo longo mínimo de 0,30cm	UN	20	
18	Pá de lixo de plástico, com cabo longo mínimo de 0,90cm	UN	20	
19	Pano branco de chão (boa qualidade)	UN	40	
20	Papel Higiênico Folha simples – <u>Pacote c/04.</u> rolos de 60m x 10 cm – Neutro (Alta Qualidade)	UN	200	
21	Papel toalha, pacote com 02(duas) bobina, com 60 toalhas cada bobina de 22cm x 20cm.	UN	150	
22	Rodo de Plástico para Piso. Tamanho 80 cm.	UN	30	
23	Rodo de Madeira para Piso. Tamanho 80 cm.	UN	30	
24	Sabão de Barra Glicerinado Neutro. Pacote c/05 UN de 200gr cada.	UN	60	
25	Sabão em Pó de 500g	UN	85	
26	Sabonete líquido para mãos 500 ml	UN	100	
27	Saco Plástico 50 Litros. Classe 1 - Tipo C - pacotes com 10 unidades.	Pcte	1200	
28	Saco de Lixo 100 litros. Preto. Reforçado com 5 unidades.	UN	800	
29	Vassoura de Pelo - Boa qualidade	UN	25	
30	Vassoura de Piaçava Boa qualidade.	UN	25	
31	Vassoura com cerdas de pano.	UN	12	
32	Agua Mineral, Galão de 20 litros.	UN	400	
33	Agua Mineral, pacote com 06 (seis) unidades de 1,5litros.	UN	70	
34	Agua Mineral, pacote com 12 (doze) unidades de 500 ml	UN	20	
35	Luva látex para limpeza embalagem com 01 (um) par.	UN	100	
36	Luva de Vinil – CX com 100 unidades	CX	10	
37	Pedra Sanitária para vasos	UN	100	
38	Garrafa térmica 1 LT Inox bomba de pressão	UN	04	
39	Garrafa térmica 1 LT rolha dosadora	UN	03	
40	Garrafa térmica 0,5 LT rolha dosadora	UN	03	
41	Xicaras 75 ml + pires – conjunto na cor branca	UN	50	
42	Copo em vidro transparente 300ML	UN	50	
43	Coador para café filtro de pano	UN	08	
44	Caneca de alumínio batido 2 LT	UN	04	



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

45	Peneira coador de chá inox	UN	03		
46 Bandeja retangular inox 40 cm		UN	05		
	T O T A L				

Declaro que nos preços mantidos na proposta escrita e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais estão incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente às especificações do objeto licitado.

Declaro expressamente que a empresa executará a entrega dos	materiais indicado no objeto
deste edital e em perfeita consonância com o descrito neste anexo	II.
, de de 2020	
Nome do representante legal e assinatura	
CPF:	
RG·	CARIMBO CNP.I



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70 Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

MINUTA - ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2020 MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA A PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME

Outorgante:
Outorgado:
Poderes: Pelo presente instrumento particular de mandato, e na melhor forma de direito, o Outorgante nomeia e constitui seu bastante procurador o Outorgado, com o fim especial de representar seus interesses no Pregão Presencial nº 004/2020, a ser realizado em 22/07/2020, às 07h30m, na Sede da Câmara Municipal de Guanambi, estado da Bahia, referente a contratação de empresa para fornecimento de material de copa, cozinha e de limpeza para consumo e manutenção de atividades desta Câmara Municipal, Estado da Bahia, conforme especificações constantes no ANEXO II e demais Anexos do Edital de Pregão presencial 004/2020, promovendo quaisquer medidas necessárias, tais como, apresentar documentos, credenciar-se, habilitar-se, oferecer lances, recorrer, e finalmente, praticar todos os atos que mister se façam, por mais especiais que sejam, ao amplo e integral desempenho deste mandato.
Sendo assim, dando tudo por bom, certo, justo, firme e valioso, assina a presente.
/
Sócio/Membro da Diretoria CPF: RG:
CARIMBO CNPJ



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70 Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

MINUTA - ANEXO IV PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2020 MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

Modalidade de Licitação: PREGÃO PRESENCIAL	Número:
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE	004/2020
The mental inega deadher an eare	
Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previ Constituição Federal, para os fins do disposto Lei 8.666/93, que não e trabalho noturno, perigoso ou insalubre,	
(X) nem menor de 16 anos.	
(X) nem menor de 16 anos, salvo na condição de apre	endiz, a partir de 14 anos.
, de de 2020	
Nome do representante legal e assinatura CPF: RG:	

CARIMBO CNPJ



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70 Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

MINUTA - ANEXO V PREGÃO PRESENCIAL №. 004/2020 MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Modalidade de Licitação: PREGÃO PRESENCIAL	Número	
The MENOR RESOLUTION OF A PORT OFF	004/2020	
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE		
Declaramos sob as penas da lei, especialmente em face do quanto disposto	na Lei Federal n. 8.666/	′93 e
Lei n. 10.520/02, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de hal	oilitação, cientes das san	cões
factíveis de serem aplicadas.	,	,
activeis de serem aplicadas.		
, de de 2020		
Nome do representante legal e assinatura		
CPF:		
RG:		

CARIMBO CNPJ



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70 Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

MINUTA - ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2020 MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

Modalidade de Licitação: PREGÃO PRESENCIAL	Número
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE	004/2020
Declaramos, sob pena de Lei, que a empresa	a Administração direta e indireta da gendo inclusive as entidades com
, de de 2020	
Nome do representante legal e assinatura CPF: RG:	

CARIMBO CNPJ



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70 Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

ANEXO VII PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2020 MENOR PREÇO GLOBAL

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Modalidade de Licitação: PREGÃO PRESENCIAL	Número
The MENOR PRESS OF SPAN BOR LOTE	004/2020
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE	
A empresa	, inscrita no CNPJ n.º
, por intermédio de seu	representante legal o(a) Sr.(a).
, portador(a) da Ca CPF n.º, DECLARA, para fins legais, s	er microempresa/empresa de pequeno porte
nos termos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/200	6, não estando incurso nas exclusões do §4º
do citado artigo.	
, de de 2020	
Nome do representante legal e assinatura	
CPF: RG:	CARIMBO CNPJ
No.	CARINDO GITI U
Assinatura do Contador da Empresa	
CRC:	
Obs: A assinatura do contador é imprescindível.	
OUS. A ASSINATURA DO CONTADOR E INIDRESCINDIVEI.	



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70 Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

ANEXO VIII PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2020 MENOR PREÇO GLOBAL

MODELO DE DECLARAÇÃO EXECUTARÁ O FORNECIMENTO DOS PRODUTOSPARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Modalidade de Licitação: PREGÃO PRESENCIAL	Número
Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE	004/2020
A empresa	_, inscrita no CNPJ n.º
, por intermédio de seu repres	
, portador(a) da Carteira de lo CPF n.º, DECLARA, para fins legais, Declara	e do acão Expressa que Executará o
Fornecimento dos <u>materiais</u> indicado no objeto deste edital e descrito no Anexo II do Edital de Licitação pregão Presencial nº (em perfeita consonância com o
descrito no Anexo ii do Edital de Licitação pregao Fresencial nº (004/2020.
, de de 2020	
Nome do representante legal e assinatura CPF:	
RG: CARIMBO CNPJ	



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

TERMO DE REFERENCIA ANEXO IX - MINUTA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2020

A Câmara Municipal de Guanambi, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 04.285.518-0001-70, com Sede na praça Henrique Pereira Donato, 90, Centro, na cidade de Guanambi(BA) – Fone (77) 3451-3626, representada neste ato pela Sr^a. Laise Teixeira Gonçalves Rocha, Chefe de Gabinete, resolve formalizar a seguinte Solicitação para fins licitatórios, com o objeto mais abaixo descriminado:

1. DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto a Contratação de empresa para fornecimento de material de copa, cozinha e de limpeza para consumo e manutenção de atividades da Câmara Municipal durante o exercício de 2020, segundo os quantitativos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, conforme abaixo discriminados:

Item	PRODUTO	UN	QUANT
1	Açúcar	Kg	200
2	Adoçante de 100 ml.	UŇ	25
3	Agua Sanitária – 1 Litro	UN	150
4	Alcool Comum - 1 Litro	UN	100
5	Alcool Gel Etílico Hidratado 70º INPM, conteúdo de 500G	Fr	200
6	Balde Plástico - 10 litros	UN	20
7	Bucha de Pia Dupla Face	UN	100
8	Café pacote de 250g	UN	600
9	Copos descartáveis 200 ml – Pacote c/100 UN.	UN	250
10	Copos descartáveis 50 ml - Pacote c/100 UN.	UN	250
11	Desinfetante Bactericida Perfumado de 01 Lt.	UN	50
12	Desodorizador de Ambiente-Frasco 360 ML.	UN	45
13	Detergente de Pia - Frasco de 500 ml	UN	100
14	Gel Pinho 01 Litro	UN	50
15	Guardanapo de mesa, Boa qualidade 22x22 cm.	UN	100
16	Lixeira plástica (tipo cesto)	UN	20
17	Pá de lixo de plástico, com cabo longo mínimo de 0,30cm	UN	20
18	Pá de lixo de plástico, com cabo longo mínimo de 0,90cm	UN	20
19	Pano branco de chão (boa qualidade)	UN	40
20	Papel Higiênico Folha simples – <u>Pacote c/04. rolos de 60m x 10 cm –</u> Neutro (Alta Qualidade)	UN	200
21	Papel toalha, pacote com 02(duas) bobina, com 60 toalhas cada bobina de 22cm x 20cm.	UN	150
22	Rodo de Plástico para Piso. Tamanho 80 cm.	UN	30
23	Rodo de Madeira para Piso. Tamanho 80 cm.	UN	30
24	Sabão de Barra Glicerinado Neutro. Pacote c/05 UN de 200gr cada.	UN	60
25	Sabão em Pó de 500g	UN	85
26	Sabonete líquido para mãos 500 ml	UN	100
27	Saco Plástico 50 Litros. Classe 1 - Tipo C - pacotes com 10 unidades.	Pcte	1200
28	Saco de Lixo 100 litros. Preto. Reforçado com 5 unidades.	UN	800
29	Vassoura de Pelo - Boa qualidade	UN	25
30	Vassoura de Piaçava Boa qualidade.	UN	25
31	Vassoura com cerdas de pano.	UN	12
32	Agua Mineral, Galão de 20 litros.	UN	400
33	Agua Mineral, pacote com 06 (seis) unidades de 1,5litros.	UN	70



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

34	Agua Mineral, pacote com 12 (doze) unidades de 500 ml	UN	20
35	Luva látex para limpeza embalagem com 01 (um) par.	UN	100
36	Luva de Vinil – CX com 100 unidades	CX	10
37	Pedra Sanitária para vasos	UN	100
38	Garrafa térmica 1 LT Inox bomba de pressão	UN	04
39	Garrafa térmica 1 LT rolha dosadora	UN	03
40	Garrafa térmica 0,5 LT rolha dosadora	UN	03
41	Xicaras 75 ml + pires – conjunto na cor branca	UN	50
42	Copo em vidro transparente 300ML	UN	50
43	Coador para café filtro de pano	UN	08
44	Caneca de alumínio batido 2 LT	UN	04
45	Peneira coador de chá inox	UN	03
46	Bandeja retangular inox 40 cm	UN	05

1.2. DOS PRODUTOS

1.2.1 – Os produtos e suas respectivas quantidades, constituem mera previsão dimensionada, não estando a Administração obrigada a adquiri-los em sua totalidade, não cabendo à empresa licitante o direito de pleitear qualquer tipo de reparação a título de diferença:

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição em tela, de consumo rotineiro, visa atender a demanda dos serviços necessários ao bom desempenho das atividades da Câmara Municipal.

3. REGÊNCIA LEGAL PARA AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS ATRAVÉS DA LICITAÇÃO

3.1. Para aquisição dos produtos deverá a licitação obedecer, integralmente, as disposições das Leis Federais nº. 10.520/02, 8.666/93, no que for pertinente, a Lei complementar nº 123/2006, suas alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e suas alterações da Lei Complementar nº 155/2016 e do Decreto 041/2019 do Legislativo Municipal de Guanambi.

4. DO VALOR

4.1. O valor de referência proposto pela Câmara Municipal de Guanambi para a aquisição dos produtos é de R\$ 33.710,60 (trinta e três mil, setecentos e dez reais e sessenta centavos), valor médio alcançado na ampla pesquisa de mercado realizada pelo departamento competente, conforme cotações de preços.

5. DA ORIGEM DO RECURSO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Os custos decorrentes da contratação serão pagos com recursos oriundos da Transferência do Duodécimo e previsões orçamentárias vinculadas ao órgão:

Unidade Orçamentária: 1 — Câmara Municipal de Vereadores
Projeto/Atividade: 2001 — Gestão das Ações Legislativas
Classificação Econômica: 3390.30.00.00 — Material de Consumo

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 6.1. Os pagamentos devido à Contratada serão efetuados através de cheque, ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada a execução contratual, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado.
- 6.2. O pagamento não isenta a CONTRATADA da responsabilidade de correção dos erros e imperfeições porventura apresentados após a liberação.



CENTRO ADMINISTRATIVO

CEP 46430-000 - ESTADO DA BAHIA

CNPJ 04.285.518-0001-70

Praça Henrique Pereira Donato, 90 – Centro – Fonefax (77) 3451-3626

- 6.3. O pagamento inclui todas as despesas diretas e indiretas necessárias à completa execução do serviço, tais como, salários, obrigações sociais, fiscais e tributárias, transporte, e demais encargos decorrentes da execução do contrato.
- 6.4. Os pagamentos somente serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal e das certidões solicitadas no Edital.

7. FORNECIMENTO DO OBJETO

- 7.1. Os produtos serão fornecidos de forma parcelada e de acordo com as solicitações da CONTRATANTE;
- 7.2. Os produtos deverão ser fornecidos na Sede do município da Câmara Municipal de Guanambi, estado da Bahia.
- 7.4. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura, discriminando o produto, quantitativo utilizado e o respectivo custo, para efeitos de prestação de contas.

LAISE TEIXEIRA GONÇALVES ROCHA Chefe de Gabinete